

OS MODAIS “DEVER” E “PODER” E O USO DE VERBOS NA FORMA IMPERATIVA NA CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO DA CAMPANHA “AMIGOS DA ESCOLA”

*Lúcia Mosqueira de Oliveira Vieira**

ABSTRACT: *This work is aimed at showing the importance of the modals “can” and “may” and the use of verbs in the imperative form for the construction of a text’s argumentation. The text in analysis was retired of the material to divulgation of the Project “Amigos da Escola”.*

Introdução

Partindo das definições sobre locução verbal fornecidas pela Gramática Tradicional, notamos que alguns gramáticos consideram que os verbos auxiliares “apenas” complementam a ação expressa no verbo principal, eles indicam a “idéia acessória da ação”. Refletindo sobre essa posição, inquietamo-nos, e nossa discussão tentará mostrar que os modais, especificamente o “dever” e o “poder”, podem adquirir nuances diversificadas, produzindo diferentes efeitos de sentido e não somente sendo um mero complemento do verbo principal.

Além desses modais, consideramos que o uso dos verbos no modo imperativo é igualmente importante na construção da argumentação do texto, bem como ajuda a desvelar a atitude do enunciador.

Sendo assim, partindo-se das diversas significações do “dever” e do “poder” e do uso dos verbos no modo imperativo, objetivamos, neste trabalho, demonstrar a inserção do sujeito frente ao que está sendo dito, com vistas à construção da argumentação do texto. O texto de divulgação do Projeto “Amigos da Escola” pareceu-nos uma fonte muito rica para explorar tal propósito, pois é permeado pelos mais diversos recursos lingüísticos.

A opção por trabalhar com o referido *corpus*, deve-se a algumas razões: a primeira, pelo fato de, enquanto cidadã e professora, estar inserida no processo educacional. Uma outra razão, refere-se à importância dos modais “dever” e “poder” e o modo imperativo nas relações argumentativas do texto.

Além disso, justifica-se este estudo, pela importância da argumentação, pois ela está presente nas mais diversas situações, sejam cotidianas ou nas grandes questões da sociedade, dentre elas, a educação. Valendo-nos das palavras de Breton, “saber argumentar não é um luxo, mas uma necessidade” (Breton, 1999:19).

* Doutoranda pela Universidade Estadual de São Paulo

1.1. Algumas abordagens sobre a modalidade

Tradicionalmente, a modalidade é vista como sinônimo de modo. Como sabemos, o modo refere-se à propriedade que tem uma forma verbal de designar a atitude do falante com relação ao que ele enuncia. O modo também é visto como sinônimo de asserção, ordem ou interrogação.

Um segundo enfoque da modalidade baseia-se na análise lógica da frase. Chamam-se modalidades lógicas as diversas maneiras de se considerar o predicado da frase como verdadeiro, contingente, necessário, provável ou possível. Em português são expressas pelos verbos modais ou de modo, normalmente considerados o “poder”, “dever” e “querer” seguidos do infinitivo.

Como sinônimo de modo, a modalidade indica se um enunciado está ou não sendo inteiramente assumido pelo falante, se um fato expresso apresenta-se ou não limitado por uma certa relação possível de existir entre o sujeito e a sua fala ou discurso. Assim, consideram-se que são três atitudes possíveis de serem assumidas pelo sujeito falante em relação ao fato expresso pelo verbo: a) objetiva – não há interferência do sujeito no processo verbal; b) subjetiva – ocorre a interferência do sujeito no processo verbal; c) subjetivo-objetiva em que o processo verbal é resultante de uma imposição da vontade do falante, do seu desejo de vê-lo realizado. Essas três atitudes possíveis do sujeito falante em relação ao fato expresso, são representadas, segundo Câmara (1981) pelos modos indicativo, subjuntivo e imperativo.

A modalidade lógica distingue-se, segundo Dubois, da modalização, uma vez que, na modalização, o falante assume ou não o seu enunciado, que pode comportar uma modalidade lógica. Assim, as duas frases: “O trem deve chegar às cinco horas” e “O trem deveria chegar às cinco horas”, apresentam ambas a modalidade do “provável”, mas enquanto a primeira é assumida pelo falante, a segunda só o é parcialmente ou não o é. (Dubois, 1973:414). Ainda Dubois distingue o sentido epistêmico do verbo “poder” do seu sentido deontico (sentido que ele considera fundamental), descrevendo o primeiro como verbo auxiliar do verbo “ser” (ex.: Eles *podem* ser cem) e o segundo, como verbo pleno (Eles *podem* brincar: eu permiti).

Para que haja melhor compreensão do que seja modalização, Dubois cita alguns conceitos que se encontram no interior da perspectiva teórica da enunciação: (1) o conceito de distância, que considera a relação sujeito e mundo por intermédio do enunciado; (2) o conceito de transparência que estuda a presença ou apagamento do sujeito da enunciação; (3) o conceito de tensão que registra as relações entre falantes e ouvintes por meio do texto. Esses conceitos permitem-nos perceber a adesão do falante a seu discurso, que pode, segundo o autor, ser sentida pelo interlocutor ora como sublinhada, ora como evidente, ora em baixa.

Travaglia (1985) prefere utilizar o termo modalidade a modo, por esse estar relacionado com os “modos gramaticais” (indicativo, subjuntivo e imperativo). Os dois termos são usados freqüentemente como sinônimos. Os

modos gramaticais são apenas um dos meios de marcar a modalidade que pode, também, por exemplo, ser marcada de advérbios (“talvez”, “provavelmente”, que marcam dúvida), ou uma oração principal com verbos do tipo de “crer, proibir, temer, ordenar”, e até mesmo pela entonação, como afirma Bally (1942:10) apud Travaglia, 1985:314).

Por modalidade, entende-se a designação, na frase, da atitude do falante com relação ao seu próprio enunciado, a explicitação da atitude psíquica do falante em face da situação que exprime. Travaglia destaca as seguintes noções modais: Aconselhativa – Deves ler este livro; você deve lhe pedir desculpas

Necessidade – Devo ler este livro logo

Possibilidade – posso ler este livro quando quiser; ele pode fazer isso melhor do que você.

Normalmente, possibilidade + interrogação = permissão

Ex.: Posso ler este livro?

Posso usar sua máquina de escrever?

O autor ressalta que temos dois tipos de possibilidade: a correspondente a “ser exequível” ou “ter aptidão” (possibilidade 1), e a correspondente a uma “hipótese” (possibilidade 2): Ex.: É possível que ele seja daltônico (Travaglia, 1985: 317).

Segundo Travaglia, também a probabilidade pode ser de dois tipos: a correspondente a “ser exequível” (probabilidade 1 e a correspondente a uma “hipótese” (probabilidade 2): Como exemplo dessa divisão, temos: “É provável que Célio esteja em casa agora.” (Travaglia, 1985:317). Ele ressalta que a fronteira entre probabilidade e possibilidade não é muito nítida, tornando difícil decidir entre uma e outra.

Longo (1990) questiona se os verbos modais devem ser incluídos entre os auxiliares. A autora afirma que

Na verdade, os elementos modais não estão listados exhaustivamente, nem classificados de maneira sistemática, pois as modalidades podem ser expressas através dos mais variados recursos, entre os quais os modos verbais, os advérbios de modo, a entonação, os verbos modais, etc. (Longo, 1990:87)

Longo, citando Koch, (1986:230-31) ressalta que “não se deve, também esquecer que uma mesma modalidade pode lexicalizar-se de diversas maneiras, como é o caso da *possibilidade* em:

- 1) É possível que o foguete suba (predicado modalizador)
- 2) O foguete pode subir (verbo modal)
- 3) Possivelmente, o foguete subirá (advérbio de modo)
- 4) O foguete deve subir (verbo modal)

E, ainda, que modalidades diferentes podem ser veiculadas através do mesmo item lexical:

- 5) José *deve* estar doente. (probabilidade – modalidade epistêmica)

- 6) Você deve cumprir seus deveres para com a firma (obrigação – modalidade deôntica)
- 7) Os inimigos devem ser uns cem (cálculo aproximado – modalidade epistêmica)
- 8) Deve estar nevando em Paris (possibilidade – modalidade alética) (Longo, 1990:87-88).

Longo esclarece que o estudo da modalidade vem sendo subdividido

em:

- a) modalidades aléticas – relacionadas com o valor-verdade dos estados de coisas.
- b) modalidades epistêmicas – referem-se ao nosso conhecimento ou crença em relação aos estados de coisas.
- c) modalidades deônticas – relacionadas com o eixo da conduta, que abriga a proibição, a permissão e a obrigação.

A autora ressalta que as diversas subdivisões possíveis, bem como a pluralidade de usos modais de um mesmo item e o grande número de elementos que traduzem a modalidade são fatores que dificultam a análise dessa categoria, contribuindo para que não tenhamos, até o momento, um estudo definitivo e completo sobre esse tema.

As modalidades, por marcarem o conhecimento, a crença, a vontade, o pensamento do enunciador, suas atitudes e intenções, mostram-se, então, como uma área rica para o estudo da enunciação. Com a introdução dos aspectos subjetivos da linguagem no interior dos estudos lingüísticos, passa-se a considerar os interlocutores. Assim, a organização da seqüência lingüística pelo enunciador passa a ser traduzida pelos elementos gramaticais ou semânticos.

Do ponto de vista semântico, a modalidade transcende a divisão tradicional de um enunciado em sujeito e predicado. Assim, os termos modalizadores marcam a relação existente entre locutor, alocutário e o enunciado proferido.

Para Lyons, a lógica formal, ao tratar da modalidade epistêmica, se preocupou em fazer referência à evidência que determina a necessidade epistêmica da proposição e essa evidência seria tratada apenas como objetiva. A Lingüística, por outro lado, faz referência ao falante ou às interferências reais e, portanto, trataria a modalidade epistêmica como subjetiva. Lyons considera que tanto a modalidade epistêmica quanto a deôntica devem receber tratamento objetivo e subjetivo.

Mesmo reconhecendo a dificuldade em distinguir o tipo subjetivo do tipo objetivo em termos de modalidade epistêmica, o autor mantém a distinção. Para ilustrar esse impasse, ele cita o seguinte exemplo:

- a) “Alfredo pode ser solteiro;
- b) Alfredo deve ser solteiro”¹.

¹ Coracini, 1991:115.

A asserção a pode ser interpretada subjetivamente como indicando incerteza da parte do falante; nesse caso, poder-se-ia encadear a a oração “mas eu duvido” ou “e eu estou inclinada a pensar que sim”. Tal interpretação tornaria a semelhante a c:

c) Talvez Alfredo seja solteiro.

Lyons propõe uma outra situação que permitiria interpretar a de forma diversa. Numa comunidade de noventa pessoas, em que trinta fossem solteiras e em que não se soubesse quem era casado ou solteiro, o enunciado a seria interpretado como uma possibilidade objetivamente quantificável.

A abordagem da enunciação permitiu ampliar a noção de modalidade para o campo da pragmática. Longo (1990), citando Parret (1976:52-53), enfatiza que “embora a semântica seja o núcleo das significações modais, um estudo das modalidades deve obrigatoriamente recorrer à pragmática, caso contrário, muitas distinções importantes podem ser obscurecidas”.

Os valores pragmáticos dos enunciados são estudados notadamente por Austin (1962) que considera todo enunciado como uma forma de ação. Em outras palavras, a tarefa que impulsiona Austin é a necessidade de superação de uma teoria do significado em favor de uma teoria da ação. Dizer que uma palavra tem sentido é antes, para Austin, procurar saber o “sentido” do ato em que ela ocorre. É através desses atos inteiros, não meramente através de palavras isoladas, que se dá a nossa relação com a realidade. Assim,

“... não se pode julgar o valor comunicativo de um enunciado a não ser dentro do contexto da enunciação. Afinal de contas, o enunciado é apenas um fator, embora o mais importante, sem dúvida, e de interesse primordial, de um ato de enunciação” (Rajagopalan, 1983:36 apud Coracini, 1991:117)

Consideramos que não há enunciado neutro, pois a todo momento interferimos na realidade, sendo essa interferência traduzida pela linguagem. Sendo assim, respaldando-nos em Barros (1997), ressaltamos a “necessidade de se levar em conta no estudo dos modais uma dupla dimensão pragmático-cognitiva da linguagem, posto que nela se evidencia a ação do sujeito (homem) sobre as coisas e fatos e a ação do homem sobre os outros homens e sobre si próprio” (Barros, 1997:50).

1.2. O verbo “poder”

Tradicionalmente, os verbos modais são vistos como ambíguos, recobrando ora um sentido epistêmico, ora um sentido de raiz ou não epistêmico ou deôntico. Lobato (1976:149) aponta uma outra visão afirmando que “os verbos modais devem ser tratados como unidades não ambíguas, quer semântica, quer sintaticamente”. A autora se restringe ao verbo “poder”, mas o estudo feito pode ser estendido ao “dever”.

Lobato considera que

“a diferença semântica entre as duas interpretações atribuídas a **poder** (possibilidade de um lado, para **poder** epistêmico, e capacidade e permissão do outro, para **poder** não epistêmico) não é suficientemente grande e complexa para sugerir ambigüidade” (Lobato, 1976:174).

Assim, a autora conclui que não existe ambigüidade, mas diferentes valores semânticos.

Para ilustrar essas várias interpretações, a autora faz alusão, também, aos próprios modais ingleses:

“MAY = (i) possibilidade: It may rain today.

(ii) permissão: John may go if he wishes.

CAN = (i) possibilidade: How can you be so dumb?

(ii) permissão: John can go if he wishes.

(iii) habilidade: I can dance the rhumba.” (Lobato, 1976:176)

Lobato ressalta que os valores do “poder” não se limitam à possibilidade, permissão e capacidade, podendo-se encontrar também os seguintes valores:

(a) Eventualidade: Podia ser uma hora da madrugada.

(b) Sugestão: Até que você podia ir sozinha.

(c) Ordem: Pode ir plantar batata. (Lobato, 1976:186)

A autora destaca que o “poder” recobre ainda os valores de predição, promessa, pedido de informação, pedido de ação, como pode ser observado nos exemplos abaixo:

Ex. Você pode contar com um aumento de ordenado para o próximo mês (promessa ou predição)

Você pode limpar o escritório? (pedido de informação ou um pedido de ação) (Lobato, 1976:188).

A autora esclarece que os valores do verbo “poder” “não são em número fixo” e que a determinação desses valores vai depender das diferentes forças ilocutórias dos enunciados.

1.3. O imperativo

Para Dubois (1973), o imperativo é um modo de expressão da vontade: súplica, pedido, desejo, conselho, sugestão, permissão, ordem, quando o tratamento é de 2ª pessoa, exprimem-se em português no imperativo. Ele refere-se também à função imperativa que corresponde à função conativa da língua, pela qual o emissor tende a impor ao destinatário um determinado comportamento.

Mattoso, ao tratar das noções gramaticais do verbo, afirma que o imperativo “assinla uma tomada de posição do falante em relação ao processo verbal comunicado” (Mattoso, 1994:99).

Travaglia (1985) considera que o imperativo tem a função básica de marcar a modalidade.

Longo ressalta que “as imperativas são não-asseverativas, pois não podemos verificar seu valor-verdade. São, portanto, não temporais, embora pressuponham posterioridade em termos de execução do que é solicitado” (1990:70).

Interessante a observação que Maingueneau (1993) faz sobre o uso do imperativo. O autor refere-se ao jogo de posição entre interlocutores que ocorre numa determinada situação comunicativa. Ele diz que

Ao dar uma ordem, por exemplo, coloco-me na posição daquele que está habilitado a fazê-lo e coloco meu interlocutor na posição daquele que deve obedecer; não preciso, pois, perguntar se estou habilitado para isto: ao ordenar, ajo como se as condições exigidas para realizar este ato de fala estivessem efetivamente reunidas. (Maingueneau, 1993:29-30)

O imperativo reúne, então, uma variedade de sentidos muito grande. Sandmann (1999:28) considera-o como um “rótulo um tanto pobre para sua variedade semântica, pois, dependendo das relações ou do *status* social dos interlocutores ou ainda de fatores contextuais, o imperativo expressa um pedido, uma ordem, um conselho, um convite, etc.”.

A propaganda é um terreno fértil para se observar o emprego acentuado de verbos no imperativo. No Projeto “Amigos da Escola”, o seu uso é altamente significativo, uma vez que o destinatário é bombardeado com direcionamentos, ordens, ou seja, é estimulado à ação, à alteração de comportamentos. Nesta perspectiva, consideramos que o imperativo é uma forte estratégia argumentativa, pois o seu uso no texto quer provocar um fim último: persuadir o enunciatário a ser voluntário.

Como bem observa Sandmann, a constante da linguagem da propaganda é “vender um bem de consumo – um produto, um serviço, - ou uma idéia; é persuadir alguém, é levar alguém a um comportamento” (Sandmann, 1999:27). Para tal ofício, utilizam-se recursos os mais variados, sejam lingüísticos ou não- lingüísticos, sendo os verbos no imperativo de considerável relevância.

1.4. Algumas considerações sobre argumentação

Considerando a necessidade de o homem viver e se comunicar em sociedade, a todo instante temos de compreender textos, sejam eles verbais ou não-verbais. Estamos rodeados de signos que incessantemente nos transmitem as mais diversas mensagens, tornando-se, então, imprescindível deter-nos nos recursos lingüísticos e não lingüísticos que subjazem à formação desses textos.

Um dos aspectos importantes a considerar em um texto é a argumentação. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca,

“O objetivo de toda argumentação [...] é provocar ou aumentar a **adesão** dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996:50).

Argumentar, segundo esses autores, não é, pois, apresentar fatos, nem provar a verdade, mas persuadir. Uma argumentação deve provocar uma escolha e desencadear uma ação, ou pelo menos uma forte disposição à ação. Nesse sentido, a argumentação permeia intrinsecamente os discursos, revelando a representação que o falante/escritor faz da realidade, como também a imagem, a visão de mundo que ele projeta de seu interlocutor.

Argumentar é também “a capacidade de compreender e comunicar idéias e emoções” (Abreu, 1999:10). Essa capacidade é fundamental no campo da propaganda, visto que ela tenta sintonizar o real (o objeto ou serviço) com o mundo fantástico das emoções.

Assim, a argumentação exerce fundamental importância, pois permeia os dois momentos que subjazem às relações interpessoais: o ato de convencer e o de persuadir. Nesse sentido, argumentar também é

“A ARTE DE, GERENCIANDO INFORMAÇÃO, CONVENCER O OUTRO DE ALGUMA COISA NO PLANO DAS IDÉIAS E DE, GERENCIANDO RELAÇÃO, PERSUADI-LO, NO PLANO DAS EMOÇÕES, A FAZER ALGUMA COISA QUE NÓS DESEJAMOS QUE ELE FAÇA”. (Abreu, 1999:26).

Consideramos que para se obter êxito nos dois momentos, no de convencer e no de persuadir, é crucial o *como* trabalhar a informação, de modo a alcançar o que se deseja.

Um outro elemento fundamental no processo argumentativo é o auditório, pois para passar do plano do “convencer” para o de “persuadir” temos que observar seus valores. O auditório é aquele a quem o locutor quer persuadir. O processo de persuasão só acontece se soubermos distinguir os valores do auditório. Nesse sentido, “para persuadir o auditório convencendo-o, comovendo-o, agradando-o, não basta a posse de técnica oratória, convém conhecer as circunstâncias concretas, o contexto social do auditório” (Tringali, 1988:80).

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca, o locutor, o auditório e a adesão ou acréscimo da intensidade de adesão a uma tese são os elementos essenciais do processo argumentativo. Mas é “em função de um auditório que se desenvolve toda argumentação” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996:6).

Um discurso argumentativo deve, pois, refletir o modo de pensar da comunidade da qual seu auditório faz parte, suas opiniões dominantes, suas convicções mais arraigadas, e, fundamentalmente, a função social dos participantes naquela comunidade.

II – ANÁLISE DOS DADOS

A temática da educação é freqüente referencial nas grandes questões sociais do país, pois a ela convergem dois pontos fundamentais: a importância da educação na formação do cidadão; o grande desafio de se ter um ensino de boa qualidade. Com a perspectiva de melhorar o quadro educacional brasileiro, inúmeras tentativas são lançadas, dentre elas as campanhas do governo veiculadas pela mídia.

Os enunciados a serem analisados foram retirados do material de divulgação da campanha “Amigos da Escola”, lançada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC.

Cabe ressaltar que, em função do tipo de texto, inúmeros são os recursos lingüísticos e não lingüísticos presentes. A referida campanha é uma fonte rica para se explorar questões ligadas à linguagem, seja ela verbal ou não-verbal. Entretanto, o nosso trabalho abordará especificamente o uso dos modais “dever” e “poder” e o uso do imperativo, como já foi mencionado anteriormente.

A análise que propomos fazer consiste, inicialmente, em avaliar o valor do verbo “poder”, dividindo esse modal em valor “capacidade” e valor “possibilidade”, dado que tais valores foram os que mais apareceram no *corpus*. Em seguida, passaremos ao verbo “dever” e à análise dos sujeitos desses modais. Posteriormente, apresentaremos os dados obtidos sobre o uso do imperativo.

O texto em análise é permeado por várias tipologias textuais. O estabelecimento de uma tipologia textual ainda se encontra em estágio bastante controvertido, mas não pretendemos, neste trabalho, polemizar a questão. Optamos por uma condizente com os objetivos de nossa análise. Assim, adotamos a distinção de seis tipos proposta por Koch e Fávero (1987): tipo narrativo, descritivo, expositivo ou explicativo, tipo argumentativo “*stricto sensu*”, tipo injuntivo ou diretivo e tipo preditivo.

No *corpus* selecionado, observamos a ocorrência do tipo descritivo, injuntivo e argumentativo. Entretanto, houve predominância da injunção na constituição do texto da campanha. Esse predomínio recaiu, também, sobre os elementos de modalização por nós analisados.

A nosso ver, essa tipologia vai ao encontro da idéia-chave da campanha “Amigos da Escola” – a divisão de responsabilidades. Para tal intento, é necessário “fazer saber fazer”. Neste viés, o texto é recheado por direcionamentos, orientações ao enunciatário, mostrando os procedimentos cabíveis para ele se tornar voluntário, em quais atividades ele poderá colaborar,

enfim, há um encadeamento seqüencial de ações, definindo os campos de atuação de um “amigo” da escola.

2.1. O verbo “poder”

Apresentaremos, a seguir, um quadro mostrando as ocorrências do verbo “poder” e uma proposta² do seu valor correspondente em cada enunciado.

QUADRO – 1 - OCORRÊNCIAS DO VERBO “PODER”

OCORRÊNCIA	VALOR
01) “A RESPONSABILIDADE PELA ESCOLA PÚBLICA É DO GOVERNO. MAS A COMUNIDADE TAMBÉM <u>PODE</u> E DEVE AJUDAR”	Capacidade
02) “TODOS <u>PODEM</u> CONTRIBUIR PARA UMA ESCOLA MELHOR!”	Capacidade
03) “Se você tem filhos na escola, pergunte a eles e aos seus professores como <u>poderia</u> colaborar.”	Possibilidade /sugestão
04) “Fale com outros pais e mães da comunidade e juntos pensem como <u>poderiam</u> contribuir”	Possibilidade /sugestão
05. Você <u>pode</u> atuar em vários locais: na escola, em outros lugares da comunidade ou mesmo em sua casa.”	Possibilidade
06) “A ESCOLA NÃO <u>PODE</u> ENFRENTAR TUDO SOZINHA!”	Capacidade
07) “Tem muita gente que <u>pode</u> e quer participar!”	Capacidade
08) “A escola precisa ampliar seu horizonte, ultrapassar seus muros e abrir-se para a contribuição de parceiros que com ela <u>possam</u> somar esforços”.	Capacidade
09) “COMO SUA ESCOLA <u>PODE</u> PARTICIPAR”	Possibilidade
10) “Definir as propriedades da escola e identificar aquelas que <u>poderiam</u> ser focos de atuação de voluntários e de grupos organizados da comunidade	Capacidade
11) “Escolher pessoas que <u>possam</u> liderar as ações que serão desenvolvidas, preocupando-se especialmente com o acolhimento do voluntário”	Capacidade
12) “Se não tiver, procure organizar uma representação de professores e outros funcionários, pais e alunos para que as decisões <u>possam</u> ter o apoio do maior número possível de pessoas.	Ordem

² Refiro-me ao termo “proposta”, pois, como bem ressalta Longo (1990), há uma pluralidade de usos dos modais.

OCORRÊNCIA	VALOR
14) “ <u>Pode</u> ser que, num primeiro momento, nem todos queiram participar.	Possibilidade
15) “Vocês <u>podem</u> contribuir: (...)”	Capacidade
16) “Vocês <u>podem</u> contribuir: (...)”	Capacidade
17) “ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES <u>PODEM</u> COLABORAR”	Capacidade
18) “QUEM <u>PODE</u> PARTICIPAR?”	Permissão
19) “Todos <u>podem</u> participar! Todos têm algo a oferecer!”	Capacidade
20) “SE VOCÊ É JOVEM, VOCÊ <u>PODE</u> CONTRIBUIR”	Capacidade
21) “COMO PROFISSIONAL, VOCÊ <u>PODE</u> COLABORAR”	Capacidade
22) “Organizando seminários, oficinas, exposições, projeções e visitas que <u>possam</u> ampliar o universo cultural dos alunos, professores, pais e mães”	Possibilidade
23) “ESCOLAS PARTICULARES, ESCOLAS DE MAGISTÉRIO, FACULDADES <u>PODEM</u> COLABORAR”	Capacidade/ dever
24) “COMO EMPRESA, VOCÊ <u>PODE</u> COLABORAR”	Capacidade
25) “QUEM <u>PODE</u> PARTICIPAR?”	Permissão
26) “Todos <u>podem</u> participar!”	Capacidade
27) “EM QUE O VOLUNTÁRIO <u>PODE</u> COLABORAR”	Capacidade
28) “A escola vai dizer de que tipo de ajuda necessita. Mas, conhecendo a escola, conversando com as pessoas que nela trabalham ou estudam, você também <u>poderá</u> dar sugestões (...)”	Possibilidade
29) “Outros ainda têm uma capacidade de coordenar grupos e <u>podem</u> se tornar mobilizadores indispensáveis para alavancar esse projeto na comunidade.	Possibilidade/ Predição
30) “Envolver uma ou mais pessoas que conhecem a escola e são reconhecidas na comunidade para que <u>possam</u> desempenhar esse papel, quando não houver condições para se formar um grupo coordenador.	Capacidade
31) “Cadastrar todos os voluntários. Alguns imediatamente se integrarão às propostas da escola. Outros, <u>poderão</u> integrar-se posteriormente”.	Possibilidade/ Promessa
32) “Mapear as organizações existentes na comunidade que <u>possam</u> fazer parcerias com a escola.	Capacidade
33) “Localizar espaços existentes na comunidade que <u>possam</u> acolher as ações de voluntariado”.	Possibilidade
34) “Os folhetos <u>podem</u> ser multiplicados e servir de apoio para sensibilizar as pessoas”.	Possibilidade/ Sugestão
35) “COMO SUA ESCOLA <u>PODE</u> SE INSCREVER”	Possibilidade
36) “Nossa Central de Atendimento <u>poderá</u> esclarecer as dúvidas”.	Capacidade

OCORRÊNCIA	VALOR
37) “A APM e a Caixa Escolar são instituições de apoio à escola. Neste projeto, como órgãos de participação e entidade jurídica, podem contribuir muito, ajudando: (...)”	Capacidade
38) “O Grêmio é um espaço de participação dos alunos e pode contribuir: (...)”	Capacidade
39) “EM TODAS AS ESCOLAS HÁ LIDERANÇAS QUE <u>PODEM SER MOBILIZADAS!</u> ”	Possibilidade/ Advertência
40) “O folheto destinado à Comunidade poderá ser utilizado pela escola como ferramenta na interação com os voluntários”.	Sugestão
41) “Esperamos que você possa discutir o projeto com sua equipe, com os alunos, com a Associação de Pais e Mestres (APM) ou Caixa Escolar e com o Conselho da Escola. Seria muito bom que a decisão de assumir o Projeto Amigos da Escola fosse de todos”.	Possibilidade/ Ordem
42) “Ao aderir, sua escola poderá ser procurada pelos interessados em ajudar”.	Possibilidade
43) “Aguardamos o recebimento do material de apoio para que possamos iniciar a implantação do Projeto em nossa escola”.	Capacidade

O levantamento das ocorrências dos verbos “poder” e “dever” no texto, mostrou-nos um resultado surpreendente, dado que o verbo “poder” apareceu 43 vezes, ao passo que “dever” somente duas vezes. (vide quadros 1 e 2). Tal resultado contrariou em parte nossas expectativas, pois não esperávamos encontrar uma incidência baixíssima do verbo “dever”. Lançamos a hipótese de o “poder” sobrepor-se ao “dever”, mas não em grau tão extremo. Acreditamos que um resultado tão díspar constitui uma estratégia argumentativa de ocultação, ou seja, o “poder” atenuando o “dever”.

Dentre os valores do verbo “poder”, destacaram-se no *corpus* o poder “capacidade” e o poder “possibilidade”. Encontramos também outros valores: sugestão, valor de ordem, dever, permissão, predição, promessa, advertência.

Poder “Capacidade”

O poder “capacidade” está presente nos enunciados 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 30, 32, 37, 38 e 43 (Vide Quadro 1), perfazendo um total de 23 ocorrências. O poder indicando “possibilidade” pode ser observado nos enunciados 3, 4, 5, 9, 13, 14, 22, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 39, 41, 42, em um total de 16 ocorrências.

Por questões didáticas, dividimos a análise do verbo “poder” indicando capacidade em alguns pontos:

- a) enunciatário – comunidade
- b) escola
- c) segmentos: físico e jurídico
- d) associações escolares

É interessante observar o distanciamento do enunciador frente ao que está sendo dito. Especificamente nos enunciados 1, 2, 7, 11, 15, 16, 19, 26 (vide quadro 1) há um investimento argumentativo no sentido de afirmar a competência que todos possuem para “auxiliar” na melhoria da escola. Assim, o enunciador não se compromete, não se inclui naquilo que está sendo difundido, transferindo para a sociedade civil a responsabilidade de melhoria da escola pública. O enunciador se ancora na competência, na idéia de as pessoas se sentirem úteis e capazes, veiculados pelo verbo “poder”, para buscar a adesão de todos, como podemos observar pelo emprego dos termos “comunidade”, “todos”, “pessoas”, “vocês”.

Em especial, o enunciado 1 ilustra bem o espírito do Projeto “Amigos da Escola”. O enunciado em questão permite-nos dizer que o sujeito enunciador (S1) reconhece que a escola pública é atribuição do governo. Porém, há uma tentativa de delegar essa responsabilidade para o âmbito social, coletivo. A presença da conjunção “mas” instaura um movimento em direção contrária, qual seja, transfere para S2 (o enunciatário) uma carga de responsabilidade do ato de predicação reafirmada pela junção dos verbos “poder” e “dever”. Percebe-se que S1 tenta fazer com que S2 passe a assumir o ato de predicação: responsabilizar-se também pela escola pública.

A relação enunciador/enunciatário se dá pela afirmação de S1, que impõe uma obrigação a S2. Esse caráter de obrigação é estabelecido pelo seguinte caminho: a presença do verbo “poder” produz, de forma sutil e menos determinística, um apelo solidário ao S2. Em seguida o verbo “dever” vem fechar o enunciado de forma impositiva, implicando uma obrigatoriedade coletiva expressa pelo termo “comunidade”.

O valor argumentativo desse enunciado é evidente quando o enunciador busca a adesão de um auditório mais amplo, a comunidade. Há uma orientação pragmática destinada ao enunciatário, ou seja, ele tem competência para ajudar e deve fazê-lo em prol da melhoria da escola pública.

Também o caráter de capacidade pode ser observado nos enunciados 7 e 26, reforçando a viabilidade da campanha.

Percebemos nos enunciados 6, 8, 9 (vide quadro 01) que o sujeito “escola” representa o interesse e a conclamação de um âmbito maior, ou seja, o governo. Especificamente nos enunciados 6 e 8, veiculam-se que o governo não pode e não quer enfrentar os problemas da educação sozinho. Para isso, há um esforço argumentativo, por meio do verbo “poder”, de incentivar a abertura da escola ao espírito voluntário.

Consideramos ainda que nos enunciados 20, 21, 24 há um apelo no sentido de mobilizar segmentos físicos e jurídicos da sociedade em prol de sua contribuição para a melhoria da qualidade do ensino.

No enunciado 20, nota-se uma certa distância entre o enunciador e a realidade observada, ou seja, ele não conhece totalmente o “outro”, lançando a hipótese de o enunciatário ser jovem. A conjunção “se” indica uma hipótese dando ao enunciado caráter não categórico.

Esse enunciado ilustra que o enunciador posiciona-se de forma a imprimir-lhe um caráter mais “chamativo”, mais “apelativo” buscando a adesão do jovem para contribuir na resolução dos problemas da escola pública. Podemos interpretar “jovem” como um representante da classe estudantil.

Nos enunciados 21 e 24, percebe-se, por parte do sujeito enunciador, o reconhecimento de algumas maneiras pelas quais a participação do “outro” no incremento da melhoria da qualidade do ensino é possível: seja como pessoa física (profissional) ou jurídica (empresa).

O verbo “poder”, antecedendo o verbo “colaborar” na forma infinitiva, possui um valor de capacidade, deixando evidente o modo de participação: como empresa ou profissional. Assim, podemos perceber que o enunciador faz um apelo ao “outro”. Diante disso, podemos considerar que o “poder” expressa nesses enunciados uma noção menos impositiva.

Finalmente, cremos que a presença do verbo “poder” nos enunciados 37 e 38 estabelece um estreitamento entre pais, mestres e alunos no sentido de mostrar que APM, Caixa Escolar e Grêmio Estudantil são órgãos significativos capazes de mobilizar e efetivar a participação do voluntariado na escola. A relevância dos órgãos também pode ser observada no enunciado 17, quando há um incentivo da participação das mais variadas organizações e associações.

O enunciado 43 faz parte da Ficha de adesão. A utilização da primeira pessoa do plural busca passar a idéia de todo, de conjunto, de união entre os vários segmentos dentro da escola. O verbo “poder” estabelece que, somente com o recebimento do material de apoio, a escola será capaz de implantar o Projeto na escola .

Poder “Possibilidade”

Nos enunciados 3 e 4 (vide quadro 01), o verbo “poder”, no futuro do pretérito, indica uma possibilidade de colaboração do voluntário. Além do valor de possibilidade, percebemos o de sugestão, pois há um incentivo para que os pais dos alunos pensem em caminhos de como eles poderiam colaborar. Além disso, há uma sugestão aos pais de que interajam entre si a fim de propagar o espírito voluntário.

Nota-se, no enunciado 5, uma relação menos determinística entre o enunciador e a realidade observada. A conjunção “ou” nos ajuda a reconhecer esse caráter não categórico do enunciado.

É interessante ressaltar que o enunciador, posicionando-se perante a realidade, busca controlar e fechar a atuação do enunciatário de tal forma que este não tem escapatória para negar sua participação na melhoria da qualidade da escola pública. Esse controle pode ser observado pelos termos “Escola”, “outros lugares” e “casa”, pois, ao mesmo tempo que amplia a possibilidade de escolha de atuação do enunciatário, cerca o âmbito de sua participação, ou seja, em qualquer lugar onde o enunciatário – o cidadão – esteja, ele poderá contribuir.

Observamos ainda que o enunciador se dirige ao “outro” de uma forma mais próxima. Essa relação de proximidade pode ser observada pelo emprego do termo “você”.

O enunciado 9 arrola as várias maneiras de a escola participar do Projeto. Uma delas é a formação de grêmios estudantis (enunciado 13), que oferece a oportunidade de os alunos terem voz.

No enunciado 14, a expressão “pode ser que “ implica maior dúvida quanto ao fato asseverado na oração complemento” (Lobato, 1976:172). Assim, o enunciador posiciona-se com dúvida quanto “ à adesão ao Projeto que está sendo difundido.

Há um incentivo à integração cultural entre membros externos à escola e à própria comunidade escolar (enunciado 22). Para isto, sugere-se a promoção de eventos que tenham a possibilidade de ampliar o universo cultural dos alunos, professores, pais e mães.

O texto da campanha apresenta fases iniciais que antecedem a efetivação do Projeto “Amigos da Escola”, chamadas de Primeiros Passos. Nos enunciados 28, 29, 31, 33 estão reunidas ações preliminares, que possibilitarão viabilizar o Projeto nas escolas. Para a sua efetivação é indispensável que as escolas façam as suas inscrições. Assim, no enunciado 35, o verbo “poder” indica as formas possíveis de inscrição, sendo que as escolas terão à sua disposição uma central de atendimento para esclarecer possíveis dúvidas (enunciado 36).

No enunciado 42, o enunciador novamente distante, lança uma possibilidade – o voluntário, por iniciativa própria, poderá procurar as escolas que aderiram ao Projeto.

Além do valor de possibilidade que o verbo “poder” veicula, encontramos no *corpus* em análise outros valores subjacentes, a saber:

Nos enunciados 18 e 25, consideramos que o verbo “poder” imprime o valor de permissão. Faz-se uma interrogação que, ao mesmo tempo que projeta, permite a participação de todos, sugerindo que a ninguém é vedado participar.

No enunciado 29, o verbo “poder” indica também uma predição, ou seja, os possíveis voluntários, coordenando os grupos com competência, podem se tornar potenciais mobilizadores no futuro.

No enunciado 31, cremos que o verbo “poder”, além de possibilidade, exprime também uma promessa, qual seja, a aceitação de voluntários que não foram integrados à escola em um primeiro momento.

No enunciado 34, percebemos também o valor de sugestão, pois os folhetos podem e devem ser multiplicados para servirem de instrumento de divulgação da campanha.

Entendemos que no enunciado 39, além da possibilidade de mobilizar lideranças, o verbo “poder” se reveste também do valor de advertência, ou seja, é necessário atentar-se para os potenciais (possíveis voluntários) disponíveis. O ponto de exclamação reafirma ainda mais esse caráter.

O valor de sugestão do verbo “poder” é característico no enunciado 40. O sujeito enunciador conhece o objeto ao qual se refere, ou seja, o folheto. A partir desse conhecimento ele não impõe a utilização do mesmo como única maneira de estabelecer a interação com os voluntários, mas sugere-o como ferramenta para a obtenção do resultado desejado.

Interessante notar no enunciado 41 a maneira sutil pela qual o enunciador dirige-se ao enunciatário. O “poder”, nesse caso, não expressa somente uma possibilidade de discussão do projeto, mas o enunciador roga ao seu enunciatário que se realize tal discussão. Isso é reforçado pelo verbo “esperar” que projeta uma expectativa em relação ao objeto – o projeto.

O valor argumentativo desse enunciado é conduzir o “outro” a uma determinada ação, a de discutir o Projeto com vários segmentos: equipe, alunos e Associação de Pais e Mestres.

2.2. O verbo “dever”

A seguir, apresentaremos um quadro com as ocorrências do “dever” e o seu valor correspondente em cada enunciado.

QUADRO – 2 - OCORRÊNCIAS DO VERBO “DEVER”

OCORRÊNCIA	VALOR
01) “A RESPONSABILIDADE PELA ESCOLA PÚBLICA É DO GOVERNO. MAS A COMUNIDADE TAMBÉM PODE E <u>DEVE</u> AJUDAR”	Obrigações
02) “A adesão de sua escola ao projeto <u>deve</u> ser confirmada mediante o preenchimento e envio da ficha de inscrição em anexo (as despesas postais já estão pagas)”.	Necessidade

Conforme já foi mencionado anteriormente, consideramos que o enunciado 1 resume o fio condutor do Projeto “Amigos da Escola”: a divisão de responsabilidade. Notamos, no enunciado 1, que o enunciador se posiciona de forma categórica, impositiva. O verbo “dever” implica uma obrigatoriedade de participação de todos.

Percebemos, no enunciado 2, que o verbo “dever” não possui uma natureza tão imperativa como no enunciado 1, mas indica uma “necessidade” de organização e controle das escolas que aderiram ao Projeto. Para isto, ele dirige-se ao seu enunciatário alertando-o para a importância do preenchimento da ficha de inscrição.

2.3. O sujeito dos modais

A língua nos oferece um arsenal fantástico de recursos que nos possibilitam avaliar a atitude do enunciador diante da realidade observada.

No corpus eleito é interessante observar, ainda, o distanciamento do enunciador por meio do sujeito dos modais. Verificamos que em momento algum ele se inclui, assume o que está sendo dito. Esse distanciamento indica que o enunciador apresenta, descreve o Projeto “Amigos da Escola”, mas o problema da escola independe de sua colaboração.

Observa-se que esse descomprometimento é expresso por vários meios. Abordaremos aqueles que mais apareceram no texto em análise. Notamos que o pronome de tratamento “você” predominou na campanha, perfazendo um total de 10 ocorrências (vide quadro 1, enunciados 3, 4, 5, 15, 16, 20, 21, 24, 28, 41).

Creemos que o emprego desse pronome estabelece um grau de familiaridade, de proximidade com o enunciatário. É uma marca do tom coloquial que, em concomitância com outros elementos do texto, por exemplo, o substantivo “amigos”, concorre para estabelecer uma relação menos formal. Assim, a força persuasiva do texto se dá em função do gerenciamento entre razão e emoção, uma vez que o emprego do substantivo “amigos” instaura uma relação de afetividade, uma situação mais informal e familiar.

Um outro sujeito do modal “poder” que apareceu com frequência foi “escola”, com 6 ocorrências (Vide Quadro 1, enunciados 6, 8, 9, 23, 35 e 42). Novamente, verificamos que o enunciador se coloca ausente.

Cabe observar ainda que o quantificador “todos” ocorreu 3 vezes, dando a idéia de uma dimensão global da campanha. O termo “todos” faz parte do *slogan* da campanha: “Amigos da Escola – Todos pela educação”, produzindo um efeito persuasivo sutil, passando a impressão de que a idéia veiculada é compartilhada pelos diferentes segmentos da sociedade.

Quanto ao sujeito do verbo “dever”, destaca-se o termo “comunidade”, pelo qual o enunciador dirige-se a ela impondo-lhe uma obrigação – a de ser “solidária” e empenhar na melhoria da escola pública. (Vide Quadro 02, enunciado 1)

A análise demonstrou que o sujeito enunciatário é que está em evidência. Sendo assim, observamos que os verbos que se ligam a esse sujeito expressam ação. Pelo levantamento feito, o verbo que mais ocorreu foi “contribuir”, aparecendo 7 vezes (Vide Quadro 1, enunciados 2, 4, 15, 16, 20, 37 e 38); o verbo “colaborar” apareceu 6 vezes (Vide Quadro 1, enunciados 3,

17, 21, 23, 24 e 27); o verbo “participar, 6 vezes (enunciados 7, 9, 18, 19, 25 e 26); os verbos “ajudar” e “atuar” 1 vez (enunciados 1 e 5, respectivamente).

É interessante observar que, quando há referência ao governo, o verbo é de estado (vide enunciado 1, quadro 1), o que implica uma atitude de passividade e acomodação por parte do enunciador, ao contrário dos verbos principais, cujo sujeito é o enunciatário, o cidadão. Os verbos principais indicam, em sua maioria, ação, dinamismo, pois é a sociedade civil que deve mobilizar-se em prol de mudança, em benefício de um ensino de qualidade. Há, portanto, um jogo de interesses muito evidente expresso e posto pelo enunciador por meio dos verbos principais: a transformação do cidadão em agente, em voluntário, em aquele que faz, realiza, executa, zela pela educação, em contrapartida ao governo, que se desresponsabiliza, deixando a educação à carga da boa vontade alheia.

2.4. Verbos no modo imperativo

Passemos, a seguir, ao uso dos verbos no imperativo:

OCORRÊNCIAS DOS VERBOS NO IMPERATIVO
1) “ <u>Leia</u> este folheto com muita atenção!”
OCORRÊNCIAS DE VERBOS NO IMPERATIVO
2) “ <u>Procure</u> a escola mais próxima que aderiu ao Projeto. <u>Procure</u> conhecê-la, saber quais são suas necessidades e o que ela já faz para enfrentá-las.”
3) “ <u>Converse</u> com o diretor ou com o coordenador do Projeto na escola. <u>Ofereça-se</u> para ajudar”.
4) “Se você tem filhos na escola, <u>pergunte</u> a eles e aos seus professores como poderia colaborar.
5) “ <u>Fale</u> com outros pais e mães da comunidade e juntos <u>pensem</u> como poderiam contribuir”
6) “Você conhece pais de alunos que fazem parte da Associação de Pais e Mestres (APM), do Caixa escolar ou do Conselho de Escola? <u>Converse</u> com eles!”
7) “Se você é membro da APM, Caixa Escolar ou Conselho de escola, <u>converse</u> com o diretor da escola e <u>participe</u> .”
8) <u>Ofereça</u> o tempo que tiver: algumas horas ou dias na semana, à noite ou nos finais de semana.
9) “ <u>Colabore</u> com o que sabe fazer, por mais simples que seja!
10) “ <u>Abra</u> sua escola para receber amigos!”
11) “ <u>Reúna</u> a equipe escolar para (...)”
12) “Se a sua escola tem Associação de Pais e Mestres (APM, Caixa Escolar, Conselho de Escola, <u>procure</u> envolvê-los nas decisões”.

OCORRÊNCIAS DE VERBOS NO IMPERATIVO
13) “Se não tiver, <u>procure</u> organizar uma representação de professores e outros funcionários, pais e alunos para que as decisões possam ter o apoio do maior número possível de pessoas”.
14) “A escola é de vocês! <u>Participem!</u> ”
15) “ <u>PARTICIPE!</u> ”
16) “ <u>PARTICIPE!</u> ”
17) “(...) <u>Inicie</u> a discussão com o apoio das informações contidas nos folhetos da escola e da comunidade”.
18) “ <u>Preencha</u> a carta-resposta e <u>envie</u> pelo Correio”.
19) “... <u>participe</u> das decisões do projeto”
20) “ <u>ajude</u> a mobilizar a comunidade para a participação”
21) “ <u>colabore</u> no mapeamento das organizações existentes na comunidade e na identificação de voluntários potenciais”
22) “ <u>acompanhe</u> e <u>dê</u> apoio às atividades programadas”

Considerando a tipologia textual do *corpus* em análise era de se esperar uma alta incidência de verbos no imperativo. A campanha “Amigos da Escola”, por ser um texto que tenta “vender uma idéia”, procura influenciar o comportamento de seus enunciatários, no caso, o cidadão comum. Assim, os verbos no modo imperativo são altamente significativos na construção da argumentação ao veicular a idéia chave da campanha – despertar o espírito voluntário das pessoas em prol da desresponsabilidade do governo e conseqüente divisão de responsabilidades.

Há um investimento argumentativo no sentido de modificar comportamentos individuais em benefício do bem coletivo. Essa alteração de comportamento está bem evidente pelo emprego dos verbos “oferecer” e “colaborar”, conforme podemos observar nos enunciados 3, 8 e 9. Conclama-se o cidadão a uma atitude de desprendimento, de presteza, para que ele partilhe com os outros daquilo que tem conhecimento e sabe fazer.

Nos enunciados 2, 4, 5 e 6 percebemos a busca pelo despertar da iniciativa própria do cidadão, ou seja, por meio dos verbos “procurar”, “perguntar”, “falar”, “pensar” e “conversar” tenta-se incitar uma ação individual.

Os enunciados 10, 11, 12, 13, 19, 20 e 21 fazem um apelo aos diretores das escolas para disponibilizarem-se e aderirem ao projeto “Amigos da Escola”. Essa adesão está reforçada no enunciado 10, pelo qual é dada uma ordem, veiculando a idéia de a escola ser um local de amigos, um local para confraternizar, dividir responsabilidades e conhecimentos.

Os enunciados 15 e 16, em caixa alta, reclamam uma participação efetiva de todos para a melhoria do ensino público. E para que essa participação

se concretize é necessário que o voluntário interaja com o projeto. Para isto é necessário chamar a sua atenção de forma bem determinística, conforme podemos observar no enunciado 1. Além disso, é necessário que o voluntário se sinta útil e valorizado, um membro familiar da escola. Esta idéia é reforçada no enunciado 14.

Finalmente, nos enunciados 17 e 18, há uma orientação de como a escola deve proceder para que se efetive a adesão ao Projeto.

Necessário ressaltar que todos os verbos no modo imperativo presentes no texto em análise indicam ação. Destacam-se os verbos “participar” e “procurar”. O verbo “participar” foi o que mais ocorreu, aparecendo 5 vezes (enunciados 7, 14, 15, 16 e 19). Em seguida, o verbo “procurar” com 4 ocorrências (enunciados 2 (duas vezes), 12, e 13).

Entendemos que o verbo “participar” no modo imperativo reforça a atitude deontica do enunciador em relação ao cidadão, que é conclamado a participar, a se envolver com a campanha. O verbo “procurar” ressalta a iniciativa própria do voluntário, estimulada em demasia na campanha.

Reportando-nos novamente à Maingueneau (1993), o uso do imperativo na campanha estabelece um jogo perspicaz e sutil: o enunciador coloca o enunciatário (o cidadão) numa posição de obediência. Além disso, a atitude do enunciador é tal como se as condições para a efetivação do Projeto “Amigos da Escola” estivessem favoráveis, dependendo apenas da boa vontade de pessoas bem intencionadas.

Procuraremos, a seguir, fazer alguns comentários sobre os resultados obtidos neste estudo:

Foi confirmada a hipótese de o verbo “poder” predominar no texto. Além disso, o valor de capacidade se sobrepôs ao da possibilidade, conforme foi previsto. Entretanto, tal resultado contrariou, em parte, nossas expectativas, dado que os valores de capacidade e possibilidade se equilibram.

Confirmamos, ainda, que, subjacente aos valores de capacidade e possibilidade expressos pelo modal “poder” existe um dever (obrigação): a educação é obrigação também da sociedade em geral.

Houve uma significativa incidência de verbos no modo imperativo, confirmando a hipótese lançada.

Os resultados nos autorizam a afirmar, ainda, que os modais “dever” e “poder” e a forma imperativa dos verbos mostram que a campanha “Amigos da Escola” possui um cunho pragmático muito evidente – não só convencer, mas persuadir todos cidadãos a participarem e responsabilizarem-se pelo bom funcionamento da escola. Essa campanha, na verdade, tenta repassar para a sociedade civil o financiamento da educação.

Há uma idéia âncora que está sendo difundida, ou seja, a de fazer aflorar o comportamento solidário, amigo, o espírito coletivo em detrimento de uma escola isolada. Para atingir tal objetivo, o imperativo se enquadra eficientemente dentro dos propósitos comunicativos da campanha. Vale lembrar que o imperativo, conforme Longo (1990) é não-temporal. Levando em conta

tal assertiva, qualquer momento é hora de ajudar, pois não existe um tempo definido para começar a ser “amigo” da escola.

A argumentação desta campanha baseia-se em valores abstratos - a amizade, a união de todos, a solidariedade, o espírito voluntário, o que justifica, então, que “a necessidade de estribar-se em valores abstratos talvez esteja vinculada essencialmente à mudança” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996:89). Assim, uma grande mudança é alcançada se se busca afetar valores abstratos. A grande mudança vislumbrada por esta Campanha não se limita à contribuição material, mas uma mudança de comportamento, uma mudança ética e política.

Na realidade, a campanha “Amigos da Escola”, se articula em termos de uma ideologia maior, qual seja, a de repensar e modificar o papel do cidadão na sociedade. O destinatário – o cidadão ativo - passa a ser o esteio que embasará e motivará a viabilidade da campanha numa tentativa de envolvê-lo numa participação efetiva em um dos grandes desafios do país, que é a educação.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, neste trabalho, refletir sobre as diversas significações que os modais “dever” e “poder” podem se revestir. Também abordamos a importância dos verbos no modo imperativo na construção das relações de sentido. Assim, procuramos observar a inserção do sujeito enunciador frente ao que está sendo difundido no Projeto “Amigos da Escola”. Nessa tentativa ficou evidente que a produção de enunciados pelo sujeito não resulta apenas da estruturação lingüística, mas subjaz toda uma relação de percepção do homem em relação ao mundo físico e a sua impressão no sistema lingüístico.

A análise dos enunciados nos permite dizer que o “dever” e o “poder”, bem como a presença do imperativo, marcam a relação entre sujeito enunciador e realidade de forma argumentativa. Essa relação não é neutra, porém mediada pelos sujeitos num processo de interferência constante na linguagem.

Cabe ressaltar, também, a maior incidência do verbo “poder” na campanha em questão. Acreditamos que tal ocorrência possa ser fruto da natureza menos impositiva que a do verbo “dever”. Uma mudança de âmbito coletivo dificilmente seria conseguida de forma soberba, categórica. Assim, a presença do verbo “poder” veicula que todos podem colaborar para a melhoria da qualidade de ensino, todos têm capacidade para tal empreendimento.

Creemos que a predominância do verbo “poder” sobre o “dever” é uma tentativa de atenuar uma obrigação que é do estado. Nesse sentido, o apelo ao cidadão presentifica-se no discurso desta campanha não apenas enquanto portador de marcas semânticas e sintáticas da superfície textual, mas enquanto uma visão de mundo, uma opinião que se tenta estabelecer: a escola como responsabilidade de todos, de cada cidadão.

Este trabalho evidenciou, ainda, que as formas verbais do “dever” e do “poder” não expressam meramente complementos da ação expressa no verbo

principal, mas marcam em seu bojo uma força diretiva, atitudes, posicionamentos, um interrelacionamento entre o enunciador e o mundo concreto, marcando uma noção ora mais impositiva, ora mais sutil, ora mais apelativa.

IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar*. Cotia, SP, Ateliê Editorial, 1999.

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Oxford University Press, 1962.

BALLY apud TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

BARROS, Dulce Elena Coelho. *O papel das modalidades do “dever” e do “poder” na construção do enunciado*. Dissertação de Mestrado, Unesp, 1997.

BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Bauru, EDUSC, 1999.

CÂMARA, Joaquim Mattoso Jr. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1994.

_____. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis, Vozes, 1981.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas, Pontes, 1991.

DUBOIS, Jean. *Dicionário de lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1973.

KOCH, I.G.V. apud Longo (1990). A questão das modalidades numa nova gramática da língua portuguesa. In: *Estudos lingüísticos XIII*, GEL, Araraquara, 1986:227-236.

KOCH, I.G.V. & FÁVERO, L.L. Contribuição a uma tipologia textual. In: *Letras e Letras*, Uberlândia, 3(1):3-10, jun., 1987.

LOBATO, L. M. P. A pretensa ambigüidade dos modais portugueses e a teoria das relações temáticas. In: *II Encontro Nacional de Lingüística*. Rio de Janeiro, 1976.

LONGO, Beatriz Nunes de Oliveira. *A auxiliaridade e a expressão do tempo em português*. Unesp, Araraquara, 1990. (Tese de Doutorado)

LYONS, apud CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas, Pontes, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, Pontes, 1993.

PARRET, H. apud LONGO, Beatriz Nunes de Oliveira. *A auxiliaridade e a expressão do tempo em português*. Unesp, Araraquara, 1990. (Tese de Doutorado)

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RAJAGOPALAN apud CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas, Pontes, 1991.

SANDMANN, Antônio José. *A linguagem da propaganda*. São Paulo, Contexto, 1999.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

TRINGALI, Dante. *Introdução à retórica: a retórica como crítica literária*. São Paulo, Duas Cidades, 1988.